



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Bartolomeu Bueno
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

156

APELAÇÃO CÍVEL Nº 157461-8

COMARCA OLINDA

AGRAVANTE: EMBRACON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO
LTDA

AGRAVADO: LAUDINETE DA SILVA RAMOS

RELATOR DES. BARTOLOMEU BUENO

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL – AÇÃO DE COBRANÇA – CONTRATO DE CONSÓRCIO – INADIMPLÊNCIA DE PRESTAÇÕES – JUROS, CORREÇÃO E MULTA NÃO PREVISTOS CONTRATUALMENTE – SISTEMA DE PREÇO PONDERADO PACTUADO – SENTENÇA MANTIDA – APELAÇÃO IMPROVIDA – DECISÃO UNÂNIME.

547

No caso, é certo que o contrato enfatiza a cobrança de juros de mora a taxa de 1% ao mês, sobre o valor do produto, acrescidos de custas judiciais e extrajudiciais sobre valor da causa nos termos da lei nº 911/69, caso houvesse busca e apreensão com a conseqüente venda do bem.

Todavia, não há qualquer referência ao sistema de preço ponderado, nem aos juros de mora cujo Autor/Apelante se refere, tampouco previsão de multa de 2% pleiteada pelo Apelante, informações estas que deveriam constar do contrato para que a Apelada tivesse conhecimento sobre o reajuste das prestações referentes a variação do bem objeto do plano, no caso de não cumprimento das obrigações.

RJ

A Apelada foi contemplada, porém deixou de honrar com suas obrigações contratuais, encontrando-se inadimplente desde a contribuição nº 39, vencida em 21/07/2005, o que resultou no vencimento antecipado da dívida.

De acordo com o regramento legal atinente à matéria, para o qual o contrato remete sua própria disciplina, os juros, correção e multa devem estar previstos contratualmente, o que não ocorre na espécie. Com efeito, é a inteligência dos dispositivos abaixo transcritos, a saber, o art. 66-B da lei 4.728/65 e os arts. 12 e 13 da Circular 2.766/97 do BACEN,

O referido contrato menciona seu regimento frente o art. 66 da lei 4.728/65, o decreto lei 911/69 e pelas normas aplicáveis aos consórcios. Porém de acordo com os citados preceitos, os juros e variações nas prestações devem ser previstos contratualmente, o que não se observa no instrumento particular

157

A fixação dos juros de mora a razão de 1% ao mês, é correta, visto que o percentual é previsto na resolução do BACEN.

Contudo, a multa pleiteada, no patamar de 2%, apesar de encontrar previsão no art.13 da aludida resolução não está prevista contratualmente, como é exigido tanto pela lei 4.728/65 quanto pela norma do BACEN.

Com relação ao sistema de preço ponderado, este não está devidamente pactuado pelas partes, restando ausente no contrato.

Sentença mantida. Apelação improvida. Decisão unânime.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 157461-8, em que figura como Apelante EMBRACON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA e, como Apelado, LAUDINETE DA SILVA RAMOS, em Terceira Câmara Cível, os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça, acordam o seguinte: *"À unanimidade de votos, negou-se provimento ao apelo, nos termos do voto da turma"*, tudo de acordo com o relatório, os votos, as notas taquigráficas e o termo de julgamento datado de 15/10/2009, que ficam fazendo parte integrante deste julgado, lavrando-se o acórdão na presente data.

Recife, 15-12-2009

Desembargador Bartolomeu Bueno
Presidente e Relator



158



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Bartolomeu Bueno
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº157461-8

COMARCA: 2ª VARA CÍVEL - OLINDA

**APELANTE: EMBRACON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO
LTDA**

APELADO: LAUDINETE DA SILVA RAMOS

RELATOR: DES. BARTOLOMEU BUENO

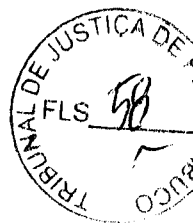
Relatório

Cuida-se de Apelação Cível (fls.43/48) interposta pelo autor EMBRACON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA contra sentença (fls.33) prolatada pelo Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Olinda que, nos autos da Ação de Cobrança nº226.2006.011406-3, tendo como parte Ré LAUDINETE DA SILVA RAMOS, julgou procedente a presente ação, condenando a ré no pagamento da importância de R\$ 4.172.26 (quatro mil, cento e setenta e dois reais e vinte e seis centavos), a ser acrescida de juros de mora à razão de 1% (um por cento) ao mês, estes contados da citação e correção monetária da data do inadimplemento da obrigação.

Após ajuizamento de Ação de cobrança, a ré/apelante foi devidamente citada, porém não contestou a presente ação, ocasionando revelia.

Em suas razões recursais, aduz a apelante que o plano aderido pela Apelada, através do contrato de consórcio da motocicleta, tem por base o **sistema de preço ponderado**, que consiste na conversão das prestações, lances ou adiantamentos em percentuais calculados sobre o valor do bem base do plano, ao preço do dia da assembléia de contemplação, devendo integralizar 100% do valor do bem, sendo o referido sistema disposto em lei e autorizado pelo Banco Central do Brasil.

Sustenta que, de acordo com a lei regulamentadora do referido sistema, as contribuições mensais assumidas quando da adesão são



159
reajustáveis à medida que o valor do bem é alterado, estando suscetível de majoração sempre que houver variação no preço do bem objeto do plano.

Declara ainda que o valor do débito integral da Apelada, a qual encontra-se inadimplente, corresponde a 29,0743% do valor total, atrelado ao pagamento de encargos moratórios legais, resultando em multa de 2% e juros de mora em 1% ao mês de atraso, ou seja, o valor estipulado na sentença era o atualizado na época do ajuizamento da Ação de Cobrança, alegando o autor que este agora deve ser corrigido até a data do efetivo pagamento pela variação do bem básico do plano, além dos referidos encargos legais.

Por fim, requer o provimento do presente recurso de apelação, reformando-se a sentença, no sentido de que o valor a ser pago pela Apelada seja atualizado de acordo com a variação do bem base do plano, até a data da efetiva liquidação, bem como a condenação desta, no pagamento de multa de 2% e juros de mora de 1% ao mês, mantendo-se, no mais, a sentença.

Recebido o Apelo no duplo efeito (despacho de fls. 51), considerando a revelia, os autos foram remetidos para julgamento.

É o relatório.

À Revisão.

Recife, 16/5/2008

Desembargador Bartolomeu Bueno

Presidente e Relator



160

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Bartolomeu Bueno
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº157461-8

COMARCA: 2ª VARA CÍVEL - OLINDA

APELANTE: EMBRACON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO
LTDA

APELADO: LAUDINETE DA SILVA RAMOS

RELATOR: DES. BARTOLOMEU BUENO

Voto De Mérito

Visa o apelo reformar a sentença monocrática que julgou procedente o pedido do Autor, ora Apelante, no sentido de que o valor a ser pago pela Apelada seja atualizado de acordo com a variação do bem base do plano, até a data da efetiva liquidação, bem como a condenação desta, no pagamento de multa de 2% e juros de mora de 1% ao mês, mantendo-se no mais a sentença de fls.33.

ml
No presente caso, é certo que o contrato (fls.21) enfatiza a cobrança de juros de mora a taxa de 1% ao mês, sobre o valor do produto, acrescidos de custas judiciais e extrajudiciais sobre valor da causa nos termos da lei nº 911/69, caso houvesse busca e apreensão com a conseqüente venda do bem.

Todavia, não há no contrato qualquer referência ao sistema de preço ponderado, nem aos juros de mora cujo Autor/Apelante se refere, tampouco previsão de multa de 2% pleiteada pelo Apelante, informações estas que deveriam constar do contrato para que a Apelada tivesse conhecimento sobre o reajuste das prestações referentes a variação do bem objeto do plano, no caso de não cumprimento das obrigações.

A Apelada foi contemplada, porém deixou de honrar com suas obrigações contratuais, encontrando-se inadimplente desde a contribuição nº 39, vencida em 21/07/2005, o que resultou no vencimento antecipado da dívida.

161

De acordo com o regramento legal atinente à matéria, para o qual o contrato remete sua própria disciplina, os juros, correção e multa devem estar previstos contratualmente, o que não ocorre na espécie. Com efeito, é a inteligência dos dispositivos abaixo transcritos, a saber, o art. 66-B da lei 4.728/65 e os arts. 12 e 13 da Circular 2.766/97 do BACEN, *in verbis*:

“Art. 66-B. O contrato de alienação fiduciária celebrado no âmbito do mercado financeiro e de capitais, bem como em garantia de créditos fiscais e previdenciários, deverá conter, além dos requisitos definidos na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, **a taxa de juros, a cláusula penal, o índice de atualização monetária, se houver, e as demais comissões e encargos**”.

“Art. 12. Os consorciados obrigam-se a pagar prestação cujo valor será a soma das importâncias referentes ao fundo comum e à taxa de administração, observado que esses valores devam ser identificados também em percentual do preço do bem, conjunto de bens ou serviço turístico referenciado no contrato de adesão e demais obrigações financeiras previstas naquele contrato, **na forma estabelecida no mesmo**.

§ 1º. É facultada a previsão contratual de pagamento obrigatório de importância destinada ao fundo de reserva, com identificação da finalidade desses recursos.

§ 2º. Os recursos do fundo comum serão utilizados para pagamento dos bens, conjuntos de bens ou serviços turísticos adquiridos pelos consorciados contemplados e, observadas as disposições contratuais, pagamento do crédito em espécie, devoluções e restituições de recursos aos consorciados e excluídos dos respectivos grupos.

§ 3º. A remuneração da administradora pela formação, organização e administração do grupo de consórcio será constituída pelos recursos relativos à taxa de administração, fixada no contrato de adesão, e por aqueles previstos na forma do art. 13 deste Regulamento.

Art. 13. Os valores recebidos relativos a **juros moratórios, limitados a 1% (um por cento) ao mês, e multas, limitadas a 2% (dois por cento)** do valor da prestação em atraso, **se previstos contratualmente**, serão destinados, em igualdade, ao grupo e à administradora”.

Pois bem! O referido contrato menciona seu regimento frente o art. 66 da lei 4.728/65, o decreto lei 911/69 e pelas normas aplicáveis aos consórcios. Porém de acordo com os citados preceitos, os **juros e variações nas prestações devem ser previstos contratualmente**, o que não se observa no instrumento particular de fls. 21.



162/

Ao meu ver, a sentença prolatada pelo Juiz "*a quo*" (fls.33), que fixou valor acrescentando juros de mora a razão de 1% ao mês, foi dada corretamente, visto que o percentual supracitado é o previsto na resolução do BACEN.

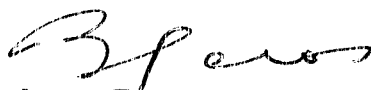
Todavia, a multa pleiteada pelo Apelante, no patamar de 2%, apesar de encontrar previsão no art.13 da aludida resolução não está prevista contratualmente, como é exigido tanto pela lei 4.728/65 quanto pela supracitada norma do BACEN.

Por fim, relativamente ao sistema de preço ponderado, não merece reforma a decisão monocrática, eis que tal sistema não foi pactuado pelas partes, restando ausente no contrato objeto do presente apelo.

Mediante tais considerações, **NEGO PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO**, mantendo a respeitável sentença em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 15-10-2008



Desembargador Bartolomeu Bueno

Relator



163

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

MÉRITO

OS EXMOS. SRS. DESEMBARGADORES MILTON NEVES (REVISOR) E
JOVALDO NUNES VOTARAM DE ACORDO COM O RELATOR.

DECISÃO

"À UNANIMIDADE DE VOTOS, NEGOU-SE PROVIMENTO AO APELO, NOS
TERMOS DO VOTO DA TURMA".

Mick